



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

QUADRO RESUMO	
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 15901.005674/2026	ÓRGÃO INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS
OBJETO: Registro de preço para aquisição de insumos laboratoriais para análise microbiológica e físico-química da água para consumo humano para atender as necessidades da Superintendência de Vigilância Sanitária e Epidemiológica (SVES) vinculada a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA	
TIPO: SRP	
VALOR ESTIMADO: R\$ 154.759,06	
SIGILOSO: NÃO	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES: R\$ 0,01
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE E ITEM	QUANTIDADE DE LOTES E ITENS: LOTE 1 - 1 a 6 LOTE 2 - 7 a 11 LOTE 3 – 12 e 13 ITEM - 14
FORMA DE ADJUDICAÇÃO: POR LOTE E ITEM	FORMA DE ENTREGA: PARCELADO
MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO	
EXIGE AMOSTRA: SIM	EXIGE PROVA DE CONCEITO: NÃO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto o registro de preço para **aquisição de insumos laboratoriais para análise microbiológica e físico-química da água para consumo humano** para atender as necessidades da Superintendência de Vigilância Sanitária e Epidemiológica (SVES), vinculada a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA.

1.2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.2.1. A descrição do objeto, bem como as especificações técnicas e os quantitativos estimados estão discriminados no Apêndice I parte integrante deste Termo de Referência.

1.3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

1.3.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, ou até a execução contratual total dentro do prazo de vigência, admitida prorrogação nas hipóteses legais aplicáveis às contratações de fornecimento contínuo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

observados os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

1.4.1. A Ata de Registro de Preços (ARP) decorrente deste certame terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no PNCP, competindo ao órgão gerenciador providenciar o registro e a respectiva publicação, podendo ser prorrogada, dentro de sua vigência, por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade do preço, nos termos da legislação aplicável e do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

1.4.2. A prorrogação da vigência da ARP ficará condicionada à justificativa da necessidade, à anuência do detentor da ARP, à comprovação de que a vantajosidade do preço permanece mantida (mediante pesquisa de preços nos moldes da IN SEGES/ME nº 65/2021, a ser realizada pelo órgão gerenciador), bem como à deliberação expressa do órgão gerenciador e à formalização através termo aditivo, acompanhada do parecer jurídico quanto à viabilidade, na forma do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

1.4.3. Ressalva-se que, durante a vigência da ARP, é vedado efetuar acréscimos nos quantitativos nela fixados, inclusive acréscimos de que trata o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, admitindo-se, excepcionalmente, a renovação de quantitativos apenas no ato de prorrogação da vigência da ARP, até o limite do quantitativo original, desde que haja previsão expressa no ato convocatório e na ARP respectiva.

Para fins de prorrogação da ARP, a existência de saldo de quantitativo não constitui requisito, sendo admitida, excepcionalmente, em caso de esgotamento da quantidade registrada, a antecipação da prorrogação, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, com renovação das quantidades, nos termos do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

1.5. DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

1.5.1. O prazo de entrega dos itens é de 30 (trinta) dias úteis, contados após o envio da Ordem de Fornecimento, em remessa parcelada.

1.6. DO LOCAL DE ENTREGA:

1.6.1. Deverá ser entregue no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde - SEMUS, situado na Av. Engenheiro Emiliano Macieira - BR 135, Km 06 - Galpões 16, 17 e 18, CEP: 65.095-602 - Maracanã - São Luís / MA, obedecendo ao horário de entrega, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 15:00h.

1.6.2. O transporte dos produtos deverá ser realizado em condições adequadas de conservação, acondicionamento e segurança, de modo a preservar a integridade física e química dos insumos até o momento da entrega.

1.6.3. A contratada será responsável por quaisquer danos, perdas ou deteriorações dos produtos durante o transporte, bem como pela substituição imediata de itens que apresentem irregularidades, avarias ou inconformidades com as especificações estabelecidas;

1.7. RECEBIMENTO DO OBJETO

1.7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

entrega, juntamente com a nota fiscal, pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

1.7.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento provisório, mediante atesto da Nota Fiscal, após verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação.

1.7.3. Efetuar a entrega dos itens desta solicitação em perfeitas condições, no prazo e local indicados neste descritivo, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal constando detalhadamente as especificações, incluindo marca/fabricante, prazo de validade e lote;

1.7.4. Comunicar à Administração Pública, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1.7.5. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte os itens que não sejam comprovadamente novos ou que estiverem fora das especificações ou com defeito de fabricação ou avarias;

1.7.6. Caso seja verificado que o produto entregue não atende às especificações da proposta, o objeto será recusado motivadamente e a EMPRESA será notificada para que efetue a substituição do objeto desta solicitação, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

1.7.7. A empresa contratada não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada e;

1.7.8. Os insumos/reagentes deverão ser entregues em embalagens originais para comercialização contendo a data e o nº do lote de fabricação, o prazo de validade, nº de registro na ANVISA e nº de série (quando se aplicar), sempre acompanhados de nota fiscal, identificados quanto ao número da licitação, nome da empresa, número do item a que se refere e outras informações de acordo com a legislação pertinente.

1.8. DA VALIDADE

1.8.1. O prazo de validade dos itens deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos produtos.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Trata-se do registro de preços para a aquisição de insumos laboratoriais para análise microbiológica e físico-química da água com o objetivo de atender as necessidades da Coordenação de Vigilância em Saúde Ambiental/SVES/SEMUS de São Luís/MA, e tem



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

como finalidade proporcionar um serviço de qualidade a população de São Luís/MA, dentro dos padrões exigidos pelo Ministério da Saúde.

2.2. MOTIVAÇÃO

2.2.1. Razões de direito:

2.2.2. Tendo em vista que a Semus possui como objetivo prestar assistência à comunidade na área de saúde em todos os níveis de complexidade, de forma universalizada e igualitária, tendo como responsabilidade oferecer assistência segura, ágil, prática, atualizada e de qualidade ao seu usuário, respeitando-se exigências legais. Desta forma proporciona atendimento seguro e de qualidade, facilitando assim a atuação do profissional e proporcionando condições favoráveis de trabalho.

2.3. Razões de fato

2.3.1. A Vigilância em Saúde Ambiental foi criada no Ministério da saúde através da instrução normativa Nº. 1, de 7 de março de 2005 e implantada na Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental - CGVAM. No município de São Luís/MA, a Coordenação de Vigilância Ambiental em Saúde foi criada por meio da lei Nº 4.740 de 28 de dezembro de 2006, desenvolvendo suas atividades na Superintendência de Vigilância Epidemiológica e Sanitária/SVES/SEMUS.

2.3.2. A Vigilância Ambiental em Saúde é definida como um conjunto de ações que proporciona o conhecimento e a detecção de mudança nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana. Suas ações estão relacionadas com a prevenção e exposição humana aos fatores de riscos e não com os eventos adversos que atingem o ambiente. Com o objetivo de ação (quando houver população exposta):

- a) Água para consumo humano;
- b) Ar;
- c) Solo;
- d) Contaminantes ambientais e substâncias químicas;
- e) Desastres naturais;
- f) Acidentes com produtos perigosos;
- g) Fatores físicos;
- h) Ambiente de trabalho

2.3.3. Atualmente, a Coordenação de Vigilância em Saúde Ambiental de São Luís/MA, desenvolve ações por meio dos programas desenvolvidos pela Ministério da Saúde, tais como:

- a) VIGIÁGUA – Vigilância da Qualidade da Água de Consumo Humano;
- b) VIGISOLO – Vigilância de Populações Expostas a Solos Contaminados;
- c) VIGIAR – Vigilância de Populações Expostas à Poluição do Ar;
- d) VSPEA – Vigilância de Populações Expostas à Agrotóxicos;

2.3.4. Os insumos a serem adquiridos destinam-se a viabilizar e dar suporte às atividades desenvolvidas no Âmbito do programa VIGIÁGUA, assegurando a adequada execução de suas ações. O Programa VIGIÁGUA - Vigilância da Qualidade da Água para



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

Consumo Humano é um dos instrumentos de verificação da potabilidade da água e de avaliação dos riscos que os sistemas e as soluções alternativas de abastecimento de água possam representar para a saúde humana. Consiste em avaliar, continuamente, a qualidade da água consumida pela população, permitindo a identificação de fatores de riscos, definição de estratégias de melhoria da situação existente, acompanhamento dos impactos resultantes das medidas implementadas, buscar informações sobre a qualidade da água em casos de acidentes ou eventos de surto/epidemia de doença de transmissão hídrica, sendo, no segundo caso, uma ferramenta de investigação epidemiológica. É efetivado a partir da ocorrência do fato e em conjunto com a área de vigilância epidemiológica, objetivando avaliar, inclusive, o significado que o resultado da vigilância da qualidade da água representa na investigação do surto/epidemia.

2.3.5. As atividades de Vigilância da Qualidade da água são baseadas na Portaria nº 888/2021/GM/MS, a qual estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para o consumo humano e seu padrão de potabilidade.

2.3.6. O monitoramento realizado pela vigilância da qualidade da água para consumo humano inclui as seguintes atividades: definição dos pontos de coleta de amostras na rede de distribuição (em pontos críticos/ vulneráveis); poços e reservatórios de hospitais, postos de saúde, creches, escolas asilos e outros locais com grande circulação de pessoas; locais com sistemáticas notificações de agravos à saúde tendo como possíveis causas agentes de veiculação hídrica; vigilância da qualidade da água fornecida pelos prestadores de serviços de saneamento e avalia a integridade do sistema de distribuição de água dentro do território da cidade de São Luís/MA; vigilância no ponto de distribuição da água aos consumidores pelos prestadores de serviços; atendimento à reclamações relativas a água de consumo humano; coleta e análise laboratorial de amostras de água; orientar os responsáveis pela operação dos sistemas ou soluções alternativas coletivas de abastecimento de água, na medida em que inconformidades forem detectadas para tomada de providências imediatas.

2.3.7. Nesse contexto destaca-se que o cumprimento das metas anuais pactuadas para o Plano de Monitoramento da Qualidade da Água bem como para o Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) é requisito essencial para a manutenção do desempenho institucional e para a garantia do repasse de recursos federais, sendo que o não atingimento dos indicadores pactuados podem implicar em perdas de recursos provenientes do Ministério da Saúde.

2.3.8. Diante disso, evidencia-se que a aquisição de insumos laboratoriais é indispensável para assegurar a continuidade e a efetividade das ações do Programa VIGIÁGUA, especialmente no que se refere à realização de análises microbiológicas, físico-químicas e organolépticas, bem como à execução de testes de campo que possibilitem maior agilidade na detecção e na adoção de medidas corretivas.

2.3.9. Assim, a contratação pretendida se justifica pela necessidade de garantir respostas oportunas à população, subsidiar a tomada de decisão em saúde pública, assegurar o cumprimento das diretrizes do Ministério da Saúde e promover a proteção da saúde coletiva, no âmbito do Município de São Luís/MA e áreas sob sua responsabilidade.

2.4. DO PARCELAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

2.4.1. Nos termos do princípio do parcelamento previsto na Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve, sempre que tecnicamente possível e economicamente viável, promover a divisão do objeto da contratação, visando à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa.

2.4.2. Contudo, o próprio regime jurídico das contratações públicas estabelece que o parcelamento não deve ser adotado quando a divisão do objeto comprometer a eficiência da contratação, reduzir a competitividade ou gerar prejuízos técnicos, logísticos ou econômicos à Administração.

2.4.3. Na presente contratação, destinada à aquisição de insumos laboratoriais para análises físico-químicas e microbiológicas da água, verificou-se que parte significativa dos itens possui relação de complementariedade técnica e funcional, sendo utilizada em procedimentos analíticos correlatos e rotinas laboratoriais integradas.

2.4.4. Diante disso, os itens foram organizados em lotes compostos por insumos de mesma natureza técnica e finalidade operacional, permitindo maior eficiência no fornecimento, padronização dos materiais e racionalização da gestão contratual.

2.4.5. Entretanto, o item 14, referente a insumos destinados às análises microbiológicas de água, especialmente voltados à detecção microbiológica em amostras de água, não foi agrupado em lote, sendo previsto para disputa por item, em razão de sua especificidade técnica, natureza especializada e dinâmica própria de fornecimento no mercado.

2.4.6. A segregação do item 14 busca ampliar a competitividade, possibilitando a participação de fornecedores especializados no segmento microbiológico, sem comprometer a execução contratual ou a padronização dos demais insumos agrupados em lote.

2.4.7. Assim, a adoção concomitante dos critérios de julgamento por lote e por item revela-se a alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração, considerando os seguintes fundamentos técnicos e econômicos:

2.5. Estrutura do mercado fornecedor

2.5.1. O mercado especializado em reagentes e insumos laboratoriais é composto, em grande parte, por empresas distribuidoras ou fabricantes que atuam com linhas específicas de produtos, normalmente fornecendo conjuntos de reagentes, kits analíticos ou materiais laboratoriais correlatos.

2.5.2. Nesse contexto, a fragmentação excessiva do objeto com julgamento exclusivamente por item pode reduzir o interesse de participação no certame, sobretudo quando os quantitativos individuais são reduzidos e os custos logísticos, operacionais e administrativos tornam-se desproporcionais em relação ao valor de cada item isoladamente considerado.

2.6. Afinidade técnica e funcional entre os itens



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

2.6.1. Os insumos agrupados em cada lote possuem características técnicas semelhantes e são utilizados conjuntamente nas rotinas laboratoriais, sendo usualmente comercializados pelo mercado fornecedor de forma associada.

2.6.2. O agrupamento preserva a coerência técnica do fornecimento, contribui para a padronização dos insumos utilizados nas análises e favorece maior compatibilidade operacional entre os materiais adquiridos.

2.7. Ampliação da competitividade e da atratividade do certame

2.7.1. A organização dos itens em lotes tecnicamente compatíveis torna a contratação mais atrativa ao mercado fornecedor, ampliando o número potencial de participantes e aumentando as chances de obtenção de propostas economicamente vantajosas para a Administração.

2.7.2. Paralelamente, a disputa isolada do item 14 possibilita maior participação de empresas especializadas em análises microbiológicas de água, ampliando a competitividade específica desse segmento

2.8. Eficiência logística e administrativa

2.8.1. O agrupamento por lote reduz a fragmentação contratual, simplifica a gestão do contrato, facilita o acompanhamento do fornecimento e contribui para maior eficiência nos processos de recebimento, controle de qualidade e gestão de estoque dos insumos laboratoriais.

2.9. Economicidade da contratação

2.9.1. A aquisição por lote permite ao fornecedor diluir custos logísticos, operacionais e de transporte, possibilitando a apresentação de propostas mais competitivas, favorecendo a obtenção do melhor custo-benefício para a Administração.

2.9.2. Quanto ao item 14, sua contratação por item visa assegurar maior competitividade específica e ampliação da disputa entre fornecedores especializados, contribuindo igualmente para a vantajosidade da contratação.

2.10. Conclusão

2.10.1. Dessa forma, conclui-se que a modelagem adotada, com julgamento por lote e por item, não configura parcelamento indevido do objeto, mas sim estratégia de organização racional da contratação, pautada na ampliação da competitividade, na eficiência administrativa, na adequação técnica do fornecimento e na obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

3. PREVISÃO DO PLANEJAMENTO

3.1. A presente contratação está prevista no Plano de Contratação Anual da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, disponível eletronicamente através de link: <https://pncp.gov.br/app/pca/06307102000130/2026/5>, no Portal Nacional de Contratações Públicas demonstrando-se dessa forma seu alinhamento com o Planejamento da Administração, nos termos do inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº. 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

- a) PCA 2026 - 2129;
- b) ID PCA PNCP: 06307102000130-0-000005/2026;
- c) ID do item no PCA: 295;
- d) Classe/Grupo: 1850 – Fornecimento de Materiais Laboratoriais.

4. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Sobre a adoção do SRP, o art. 1º § 1º. do Decreto Municipal nº 62.276/2026, dispõe o seguinte:

Art. 1º § 1º. O SRP será preferencialmente utilizado nas seguintes hipóteses:

- I. contratações frequentes em razão das características do bem ou serviço
- II. entregas parceladas ou contratações por unidade de medida ou tarefa.
- III. atendimento a múltiplos órgãos ou entidades ou a programas de governo;
- IV. impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado.

4.2. Considerando as características do objeto e da necessidade de contratações frequentes dos itens, conforme consta no ETP, restaria configurada a subsunção do **Art. 1º § 1º**, inc. I do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

4.3. Diante do exposto, a presente aquisição será processada por meio de Sistema de Registro de Preços

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO

5.1. Com base nas análises realizadas no Estudo Técnico Preliminar, e em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento da demanda consiste na aquisição de insumos e produtos laboratoriais destinados à Coordenação de Vigilância em Saúde Ambiental – SVES/SEMUS do Município de São Luís/MA, por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), tendo em vista a natureza contínua e variável da demanda.

5.2. A solução proposta contempla o fornecimento de insumos laboratoriais necessários à execução das atividades do Programa VIGIÁGUA, especialmente aquelas relacionadas à coleta, preservação, transporte e análise microbiológica, físico-química e organoléptica de amostras de água para consumo humano, assegurando suporte adequado às equipes técnicas e operacionais.

5.3. Os produtos a serem adquiridos deverão atender integralmente às especificações técnicas definidas no ETP e no Termo de Referência, incluindo requisitos de qualidade, desempenho, acondicionamento, unidade de fornecimento e demais características necessárias à sua adequada utilização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

5.4. Os insumos serão recebidos, conferidos e armazenados no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, observando-se as normas aplicáveis de armazenamento, controle de estoque, validade e rastreabilidade. Posteriormente, serão distribuídos à unidade responsável pela Vigilância em Saúde Ambiental, conforme planejamento e demanda operacional.

5.5. A solução proposta assegura a continuidade das ações de vigilância da qualidade da água no município, contribuindo para a prevenção de riscos à saúde pública, o atendimento às diretrizes do Ministério da Saúde e o cumprimento das metas institucionais pactuadas.

5.6. O quantitativo estimado foi definido com base no histórico de consumo, nas necessidades operacionais do serviço e nas metas estabelecidas para o monitoramento da qualidade da água, sendo os preços referenciais obtidos a partir de pesquisa de mercado e de contratações públicas similares, de modo a garantir a economicidade e a vantajosidade da contratação.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A apresentação de ficha técnica do produto será obrigatória para todos os itens, devendo conter informações suficientes para comprovação do atendimento às especificações técnicas estabelecidas.

6.1.1. A contratada deverá garantir que os produtos fornecidos atendam aos padrões de qualidade, pureza e desempenho exigido para uso em análises laboratoriais, sendo responsável por quaisquer inconformidades técnicas verificadas durante a utilização dos insumos.

6.1.2. Devem ser informados número de registro e certificação do fabricante (quando aplicável).

6.1.3. Para os **reagentes químicos classificados como grau analítico (P.A.)**, deverá ser apresentado também o **Certificado de Análise (COA) emitido pelo fabricante**, contendo informações relativas ao lote, grau de pureza, data de fabricação e prazo de validade.

6.1.4. Os proponentes poderão apresentar catálogos, manuais, prospectos ou materiais ilustrativos originais do fabricante, referentes aos modelos ofertados, com o objetivo de demonstrar a conformidade dos produtos com as especificações técnicas exigidas no edital e em seus anexos.

6.1.5. O quadro abaixo descreve os reagentes com as especificações técnicas estabelecidas para cada item, a necessidade de ficha técnica, COA e amostra.

Descrição	Ficha Técnica	Certificado de Análise (COA)	Amostra
HIDRÓXIDO DE SÓDIO P.A, 500gr. Aspecto Físico: pastilhas esbranquiçadas, altamente higroscópicas. Peso Molecular: 40 g/mol. Fórmula Química: NaOH. Grau de Pureza: pureza mínima de 98%. Número de Referência Química: Cas 1310-73-2	Obrigatório	Obrigatório	Não
NITRATO DE PRATA P.A, 100gr. Aspecto Físico: Cristal Incolor, Transparente, Inodoro. Fórmula Química: AgNO ₃ . Peso Molecular: 169,87 g/mol. Teor de Pureza: pureza mínima de 99,5%. Característica Adicional: Reagente P.A. Número de Referência Química: CAS 7761-88-8	Obrigatório	Obrigatório	Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

CLORETO DE SÓDIO P.A, 500gr. Aspecto Físico: pó cristalino branco ou cristais incolores. Composição Química: NaCl Anidro. Peso Molecular: 58,45 g/mol. Pureza Mínima: pureza mínima de 99,5%. Característica Adicional: Reagente P.A. Acs. Número De Referência Química: Cas 7647-14-5	Obrigatório	Obrigatório	Não
CROMATO DE POTÁSSIO P.A., com pureza mínima de 99,5%, pH (solução a 5% em água) entre 9,0 e 9,8. Limites máximos de impurezas: Cl \leq 0,001%; SO ₄ \leq 0,01%; Ca \leq 0,005%; Na \leq 0,05%; Pb \leq 0,005%. Produto acompanhado de certificado de análise comprovando os parâmetros de pureza e concentração. Frasco contendo 500 g.	Obrigatório	Obrigatório	Não
CLORETO DE AMÔNIO P.A, 500g. Aspecto Físico: pó branco, cristalino, inodoro. Peso Molecular: 53,49 g/mol. Fórmula Química: NH ₄ Cl. Teor de Pureza: pureza mínima de 99,8%. Característica Adicional: Reagente P.A. ACS ISO. Número de Referência Química: CAS 12125-02-9	Obrigatório	Obrigatório	Não
HIDRÓXIDO DE AMÔNIO 30% P.A, 1000 ml. Aspecto Físico: líquido límpido, incolor, volátil, de odor Acre. Peso Molecular: 35,05 g/mol. Fórmula Química: NH ₄ OH. Grau de Pureza: Teor De (NH ₃) entre 24-26%. Número de Referência Química: CAS 1336-21-6	Obrigatório	Obrigatório	Não
REAGENTE ANALÍTICO PARA DETERMINAÇÃO DE CLORO LIVRE EM ÁGUA Aspecto Físico: Pó, Tipo Uso: Método DPD (N, N-dietil-p-fenilenodiamina) destinado à realização de testes colorimétricos, Características Adicionais: caixa com 100 unidades de testes.	Obrigatório	Não obrigatório	Não
KIT QUÍMICO PARA ANÁLISE DE NITRITO EM ÁGUA Kit de teste químico que utiliza o método de ácido cromotrópico para a medição de nitrito. O kit deve possibilitar medições de concentração de nitrito em amostras com faixa de 0.0 a 1.0 mg/L (ppm) de nitrito-nitrogênio (NO ₂ —N). Deve ser fornecido com todos os reagentes, recipientes e acessórios necessários para realização das análises em quantidade suficiente para 100 testes.	Obrigatório	Não obrigatório	Não
REAGENTES PARA KIT DE TESTE DE NITRITO Conjunto de reagentes pré-dosados de alta qualidade destinados à determinação de nitrito em amostras de água . Os reagentes devem utilizar o método do ácido cromotrópico para determinar a concentração de nitrito como nitrito-nitrogênio (NO ₂ —N). Apresentação em caixa contendo reagentes suficientes para 100 testes.	Obrigatório	Não obrigatório	Não
KIT QUÍMICO PARA ANÁLISE DE NITRITO EM ÁGUA Kit de teste químico colorimétrico que determina a concentração de nitratos em amostras dentro de uma faixa de 0 a 50 mg/L (ppm) como nitrato-nitrogênio (NO ₃ -N). O kit deverá ser fornecido com todos os reagentes e equipamentos necessários para realizar a análise, contendo todos os reagentes para realizar aproximadamente 100 testes.	Obrigatório	Não obrigatório	Não
REAGENTES PARA KIT DE TESTE DE NITRATO Conjunto de reagentes pré-dosados de alta qualidade, que permitem a obtenção de medições rápidas e precisas de nitrato. Os reagentes devem seguir o método de redução de cádmio para determinar a concentração de nitrato expressa como	Obrigatório	Não obrigatório	Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

nitrito-nitrogênio (NO ₂ —N), aplicável em amostras com faixa de medição aproximada de 0 a 50 mg/L (ppm). Apresentação em caixa contendo reagentes para 100 testes.			
SACO ESTÉRIL PARA COLETA DE AMOSTRAS Material: Polietileno. Capacidade: 500 ml. Aplicação: Para coletar amostras. Características adicionais: Estéril. Caixa com 500 unidades	Obrigatório	Não obrigatório	Não
SACO ESTÉRIL PARA HOMOGENIZADOR DE AMOSTRAS Material laboratório. Tipo: saco. Material: plástico. Adicional: cerca de 100 ml. Aplicação: p/ homogeneizador stomacher. Componentes: com filtro lateral. Outros componentes: até 70 µM. Esterilidade: estéril. Caixa com 100 unidades.	Obrigatório	Não obrigatório	Facultativo
MEIO DE CULTURA PARA ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE ÁGUA Meio de cultura para análise microbiológica da água, composto por substrato cromogênico fluorogênico ONPG-MUG, para detecção via enzimática de coliformes totais em 24 horas pelo desenvolvimento de coloração amarela, e resultados positivos para E. coli confirmado em 24 horas pela observação de fluorescência, sem necessidade de adição de outros reagentes para confirmação. Deve ser embalado individualmente em unidades para amostra de 100 ml de água. O produto deverá apresentar estabilidade ao estoque por no mínimo 12 meses, quando armazenado em temperatura de 04°C até 30°C. Apresentação em caixa com 100 unidades.	Obrigatório	Obrigatório	Facultativo

6.2. DA NECESSIDADE DA AMOSTRA

6.2.1. A administração **poderá solicitar amostras, quando julgar necessário**, exclusivamente para os itens cuja natureza técnica exija verificação prévia de compatibilidade com os métodos analíticos procedimentos laboratoriais ou equipamentos utilizados pelo laboratório, especialmente nos casos de insumos microbiológicos ou materiais laboratoriais específicos.

6.2.2. Nos casos previstos no item 6.2.1, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar 01 (uma) unidade de amostra do item solicitado, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal pela Administração, para avaliação da conformidade com as especificações técnicas constantes neste instrumento.

6.2.3. A análise das amostras será realizada pela Coordenação de Vigilância em Saúde Ambiental, que verificará a compatibilidade técnica, funcionalidade e atendimento às especificações exigidas, podendo resultar na aceitação ou rejeição do item avaliado.

6.2.4. A não apresentação da amostra no prazo estabelecido ou a sua reprovação técnica implicará na desclassificação da proposta para o respectivo item avaliado.

6.2.5. As amostras deverão estar devidamente identificadas e acondicionadas em sua embalagem original, quando aplicável, contendo informações técnicas que permitam sua adequada identificação e rastreabilidade, tais como: nome do produto, marca, fabricante, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, código ou referência do produto e



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

quantidade apresentada, em conformidade com proposta apresentada e com as especificações estabelecidas neste instrumento.

6.2.6. As amostras deverão estar identificadas com a indicação “AMOSTRA PARA ANÁLISE”, bem como conter as seguintes informações: número do processo/licitação, número do item correspondente, identificação do fornecedor (razão social, telefone e e-mail) e identificação do representante responsável (nome, telefone e e-mail).

6.3. Será considerada reprovada a amostra que:

6.3.1. Apresentar divergência em relação às especificações técnicas contidas neste Instrumento;

6.3.2. As amostras, que sejam passíveis de devolução poderão ser retiradas pelos licitantes, no prazo de **até 10 (dez) dias** úteis a contar do resultado do julgamento, na SEMUS, sem que caiba qualquer direito reclamação/indenização do licitante.

6.3.3. Os pareceres técnicos elaborados a partir dos resultados dos testes em amostras serão arquivados na SEMUS e poderão subsidiar avaliações dos materiais em processos licitatórios futuros, compondo o cadastro de materiais.

6.4. SUSTENTABILIDADE:

6.4.1. A presente contratação observará critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à promoção de aquisições públicas responsáveis e à redução de impactos associados à produção, utilização e descarte dos insumos laboratoriais.

6.4.2. Considerando que os produtos objeto da contratação consistem em reagentes, soluções químicas, kits analíticos e demais insumos utilizados em análises laboratoriais de qualidade da água para consumo humano, conforme parâmetros estabelecidos na Portaria GM/MS nº 888/2021, serão observados os seguintes critérios de sustentabilidade.

6.4.3. Priorizar insumos laboratoriais que apresentem **menor toxicidade química ou menor periculosidade ambiental**, sempre que existirem alternativas tecnicamente equivalentes, de modo a reduzir os riscos ocupacionais e impactos ambientais decorrentes do uso e do descarte de reagentes.

6.4.4. Priorizar produtos que apresentem maior eficiência analítica e maior rendimento por unidade de fornecimento, contribuindo para a redução do desperdício de insumos e otimização do consumo de recursos;

6.4.5. Dar preferência a kits analíticos pré - dosados ou de microescala, que possibilitem a realização de análises com menor consumo de reagentes químicos e, consequentemente, menor geração de resíduos laboratoriais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

6.4.6. Exigir que as embalagens apresentem **rotulagem adequada e informações claras sobre composição, prazo de validade, condições de armazenamento e riscos associados**, possibilitando o manejo seguro e ambientalmente responsável dos produtos;

6.4.7. Recomendar que os fornecedores observem **boas práticas de gestão ambiental em seus processos produtivos e logísticos**, incluindo medidas destinadas à redução de impactos ambientais na fabricação, armazenamento e transporte dos produtos;

6.4.8. Assegurar que o armazenamento, utilização e descarte dos insumos laboratoriais no âmbito da administração pública observem as normas de segurança química adotada no Brasil, garantindo a adequada identificação de riscos e a proteção à saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente.

6.5. IMPACTOS AMBIENTAIS

6.5.1. A aquisição, armazenamento, utilização e descarte de insumos laboratoriais implicam potenciais impactos ambientais, especialmente em razão da natureza química de parte dos produtos, os quais podem apresentar características de periculosidade, tais como toxicidade, corrosividade, inflamabilidade e reatividade.

6.5.2. Os principais impactos ambientais associados são:

- a)** geração de resíduos químicos perigosos e não perigosos, incluindo sobras de reagentes, soluções, padrões analíticos e materiais contaminados;
- b)** risco de contaminação do solo, corpos hídricos e rede de esgotamento sanitário decorrente de descarte inadequado;
- c)** geração de resíduos sólidos, especialmente embalagens primárias e secundárias potencialmente contaminadas;
- d)** riscos de acidentes ambientais, como vazamentos, derramamentos e emissões acidentais durante o transporte, armazenamento e manuseio;
- e)** consumo intensivo de materiais descartáveis, ampliando a pressão sobre sistemas de gestão de resíduos sólidos.

6.5.3. Diante desses potenciais impactos, deverão ser adotadas, no âmbito da contratação e da execução, as seguintes medidas mitigadoras:

- a)** implementação e observância de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) ou instrumento equivalente, contemplando a segregação, identificação, acondicionamento, armazenamento temporário, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
- b)** destinação dos resíduos químicos e contaminados por meio de empresas devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, em conformidade com a legislação vigente;
- c)** cumprimento das normas técnicas e regulatórias aplicáveis ao gerenciamento de resíduos e segurança química, incluindo diretrizes da **ANVISA**, do **CONAMA** e da **ABNT**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

- d) exigência de fornecimento de Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), rotulagem adequada e embalagens compatíveis com os produtos, de modo a assegurar o correto manuseio e armazenamento;
- e) adoção de práticas de armazenamento seguro, com controle de compatibilidade química, contenção de vazamentos e condições ambientais adequadas;
- f) capacitação contínua dos profissionais envolvidos quanto às boas práticas laboratoriais, biossegurança e gestão de resíduos;
- g) priorização, sempre que tecnicamente viável, de insumos com menor toxicidade, menor volume de geração de resíduos e/ou que possuam alternativas mais sustentáveis;
- h) adoção de medidas de prevenção e resposta a emergências ambientais, com disponibilização de kits de contenção e procedimentos operacionais padronizados.

6.5.4. Destaca-se que a observância dessas medidas mitiga significativamente os riscos ambientais associados à contratação, assegurando a conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente, bem como promovendo o uso racional de recursos e a sustentabilidade das atividades laboratoriais.

7. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (ART. 13, INCISO I, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 60.155, DE 2024)

7.1. Na presente contratação não serão indicadas marcas.

8. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE:

8.1. Não será exigida carta de solidariedade:

9. CONSÓRCIO:

9.1. É admitida a participação de consórcios.

10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

11. GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no art. 39 do Decreto Municipal nº 60.155/2024, tendo em vista que, não se aplica a nenhuma hipótese prevista no inciso I do referido decreto.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 12.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 12.3.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução do objeto contratual.
- 12.4.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.
- 12.5.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros do objeto, durante a vigência do contrato.
- 12.6.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 12.7.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 12.8.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.9.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.10.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 12.11.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.12.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 12.13.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

- 13.1.** São obrigações do Contratante, além das constantes todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, Edital e de seus anexos;
- 13.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada;
- 13.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 13.4.** Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 13.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;
- 13.6.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 13.7.** Efetuar o pagamento ao contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 13.8.** Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;
- 13.9.** Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):
- 13.10.** Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela contratada;
- 13.11.** Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da contratada;
- 13.12.** Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 13.13.** Demandar a funcionário da contratada a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- 13.14.** Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da contratada.
- 13.15.** Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela contratada;
- 13.16.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 13.17.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 13.18.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

14. OBRIGAÇÕES PERTINENTE À LGPD



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

- 14.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 14.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 14.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 14.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 14.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 14.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 14.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 14.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 14.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 14.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 14.11.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 14.12.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

14.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e da regulação municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

15.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

16. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

16.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

16.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para regularização das faltas ou dos defeitos observados; identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

16.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

16.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

16.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

17. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

17.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

17.2. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

17.3. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

18. GESTOR DO CONTRATO

18.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

18.1.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

18.1.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

18.1.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

18.1.4. O setor de contratação comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

18.1.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

19. LIQUIDAÇÃO

19.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação.

19.1.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

19.1.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

19.1.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.1.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

19.1.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

19.1.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.1.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

19.1.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

20. PRAZO DE PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto nesse instrumento.

20.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

21. FORMA DE PAGAMENTO

21.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

21.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

21.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22. DO REAJUSTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

- 22.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 22.1.1.** Após o interregno de um ano, à pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 22.1.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 22.1.3.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 22.1.4.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 22.1.5.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 22.1.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 22.1.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

23. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

23.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 23.1.1.** Será adotado o critério de **MENOR PREÇO** por Lote e item para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento.
- 23.1.2.** Os objetos a serem adquiridos enquadram-se no conceito de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, serem licitados por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO**.
- 23.1.3.** No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da CONTRATADA, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.
- 23.1.4.** Será adotado o modo de disputa **ABERTO / FECHADO**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

23.1.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

24. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

24.1. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

24.1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;

24.1.2. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.

24.1.3. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

24.1.4. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

24.1.5. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.

24.1.6. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil

24.1.7. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

a) **Índice de Liquidez Geral ($\geq 1,00$):**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

b) **Índice de Liquidez Corrente ($\geq 1,00$):**

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c) **Índice de Solvência Geral ($\geq 1,00$):**

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

24.1.8. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

24.1.9. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

24.1.10. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;

24.1.11. Para a presente licitação, verificou-se que os três índices econômicos, acima relacionados, estabelecidos em patamares aceitáveis, são os mais apropriados para avaliar a capacidade do licitante de executar o contrato, de acordo com o disposto no caput do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, e na Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União (TCU), sem representar risco algum ao caráter competitivo do certame, sendo os mais usualmente adotados, visto que se complementam. Assim, será exigido dos participantes os Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação do balanço patrimonial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

25. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

25.1. Não será exigida comprovação de capacidade técnico-operacional, mediante atestado de capacidade técnica, considerando que o objeto consiste no fornecimento de bens de natureza comum, amplamente disponíveis no mercado, sendo que a execução do objeto se limita ao fornecimento de produtos laboratoriais, sem a prestação de serviços técnicos especializados.

25.2. Contudo, com o objetivo de assegurar a qualidade, segurança, confiabilidade analítica e rastreabilidade dos insumos laboratoriais, especialmente considerando sua aplicação no monitoramento da potabilidade da água para consumo humano, conforme diretrizes da Portaria GM/MS nº 888/2021, as empresas licitantes deverão atender aos seguintes requisitos:

25.3. Apresentar comprovação de regularização sanitária dos produtos, quando aplicável, conforme regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, mediante:

- a) registro, notificação ou cadastro do produto; ou
- b) declaração de isenção de registro, quando o produto não estiver sujeito à regularização sanitária.

26. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) praticar ato fraudulento na execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

26.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art.156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

a. moratória de **1% (um por cento)**, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

a.1. O atraso superior a **30 (trinta) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021

b. compensatória de **5% (cinco por cento)**, sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

26.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

26.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

26.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

26.5.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

26.5.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo 5 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

26.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

26.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

26.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

26.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

26.10. O Contratante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

26.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

26.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

27. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

27.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 154.759,06 (cento e cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e nove reais e seis centavos)** conforme custos unitários apostos no Apêndice I.

28. DOS APÊNDICES

28.1. Integra este Termo de Referência:

APÊNDICE I – Planilha Descritiva e Orçamentária.

São Luís, 25 de maio de 2026.

ELABORADOR:

Adriano Ferreira Dias
Consultor de Compras
Matrícula: 64.227

Diego de Jesus Abreu Mota
Coordenador de Compras e Registro
Matrícula: 48.111



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

APÊNDICE I
PLANILHA DESCRITIVA E ORÇAMENTÁRIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	APRESENTAÇÃO	QUANT	CATMAT	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
Lote 01 - Reagentes químicos para análises físico-químicas (Reagentes analíticos de grau P.A. utilizados na preparação de soluções e execução de análises físico-químicas em laboratório)						
1	HIDRÓXIDO DE SÓDIO P.A, 500gr. Aspecto Físico: pastilhas esbranquiçadas, altamente higroscópicas. Peso Molecular: 40 g/mol. Fórmula Química: NaOH. Grau de Pureza: pureza mínima de 98%. Número de Referência Química: Cas 1310-73-2	FRASCO	6	346029	R\$ 53,30	R\$ 319,80
2	NITRATO DE PRATA P.A, 100gr. Aspecto Físico: Cristal Incolor, Transparente, Inodoro. Fórmula Química: AgNO ₃ . Peso Molecular: 169,87 g/mol. Teor de Pureza: pureza mínima de 99,5%. Característica Adicional: Reagente P.A. Número de Referência Química: CAS 7761-88-8	FRASCO	6	353060	R\$ 1.004,33	R\$ 6.025,98
3	CLORETO DE SÓDIO P.A, 500gr. Aspecto Físico: pó cristalino branco ou cristais incolores. Composição Química: NaCl Anidro. Peso Molecular: 58,45 g/mol. Pureza Mínima: pureza mínima de 99,5%. Característica Adicional: Reagente P.A. Acs. Número De Referência Química: Cas 7647-14-5	FRASCO	4	391269	R\$ 21,28	R\$ 85,12
4	CROMATO DE POTÁSSIO P.A., com pureza mínima de 99,5%, pH (solução a 5% em água) entre 9,0 e 9,8. Limites máximos de impurezas: Cl ≤ 0,001%; SO ₄ ≤ 0,01%; Ca ≤ 0,005%; Na ≤ 0,05%; Pb ≤ 0,005%. Produto acompanhado de certificado de análise comprovando os parâmetros de pureza e concentração. Frasco contendo 500 g	FRASCO	6	359256	R\$ 171,07	R\$ 1.026,42
5	CLORETO DE AMÔNIO P.A, 500g. Aspecto Físico: pó branco, cristalino, inodoro. Peso Molecular: 53,49 g/mol. Fórmula Química: NH ₄ Cl. Teor de Pureza: pureza mínima de 99,8%. Característica Adicional: Reagente P.A. ACS ISO. Número de Referência Química: CAS 12125-02-9	FRASCO	6	352802	R\$ 46,83	R\$ 280,98
6	HIDRÓXIDO DE AMÔNIO 30% P.A, 1000 ml. Aspecto Físico: líquido límpido, incolor, volátil, de odor Acre. Peso Molecular: 35,05 g/mol. Fórmula Química: NH ₄ OH. Grau de Pureza: Teor De (NH ₃) entre 24-26%. Número de Referência Química: CAS 1336-21-6	FRASCO	6	392006	R\$ 33,40	R\$ 200,40
TOTAL LOTE 1						R\$ 7.938,70
Lote 02 - Reagentes e kits para análise físico-química de parâmetros da água (Itens destinados à determinação de parâmetros químicos da água por métodos colorimétricos)						
7	REAGENTE ANALÍTICO PARA DETERMINAÇÃO DE CLORO LIVRE EM ÁGUA Aspecto Físico: Pó, Tipo Uso: Método DPD (N, N-dietil-p-fenilenodiamina) destinado à realização de testes colorimétricos, Características Adicionais: caixa com 100 unidades de testes	CAIXA	100	345506	R\$ 271,93	R\$ 27.193,00
8	KIT QUÍMICO PARA ANÁLISE DE NITRITO EM ÁGUA Kit de teste químico que utiliza o método de ácido cromotrópico para a medição de nitrito. O kit deve possibilitar medições de concentração de nitrito em amostras com faixa de 0.0 a 1.0 mg/L(ppm) de nitrito-nitrogênio (NO ₂ —N). Deve ser fornecido com todos os reagentes, recipientes e acessórios necessários para realização das análises em quantidade suficiente para 100 testes	KIT	2	413948	R\$ 453,00	R\$ 906,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

9	REAGENTES PARA KIT DE TESTE DE NITRITO Conjunto de reagentes pré-dosados de alta qualidade destinados à determinação de nitrito em amostras de água. Os reagentes devem utilizar o método do ácido cromotrópico para determinar a concentração de nitrito como nitrito-nitrogênio (NO ₂ —N). Apresentação em caixa contendo reagentes suficientes para 100 testes	CAIXA	10	615261	R\$ 274,33	R\$ 2.743,30
10	KIT QUÍMICO PARA ANÁLISE DE NITRITO EM ÁGUA Kit de teste químico colorimétrico que determina a concentração de nitratos em amostras dentro de uma faixa de 0 a 50 mg/L (ppm) como nitrato-nitrogênio (NO ₃ -N). O kit deverá ser fornecido com todos os reagentes e equipamentos necessários para realizar a análise, contendo todos os reagentes para realizar aproximadamente 100 testes.	KIT	2	625900	R\$ 548,33	R\$ 1.096,66
11	REAGENTES PARA KIT DE TESTE DE NITRATO Conjunto de reagentes pré-dosados de alta qualidade, que permitem a obtenção de medições rápidas e precisas de nitrato. Os reagentes devem seguir o método de redução de cádmio para determinar a concentração de nitrato expressa como nitrato-nitrogênio (NO ₃ — N), aplicável em amostras com faixa de medição aproximada de 0 a 50 mg/L (ppm). Apresentação em caixa contendo reagentes para 100 testes	CAIXA	10	615261	R\$ 332,80	R\$ 3.328,00
TOTAL LOTE 2						R\$ 35.266,96
Lote 03 - Materiais estéreis para coleta e preparo de amostras (Itens destinados às etapas de coleta, preparo e processamento de amostras laboratoriais)						
12	SACO ESTÉRIL PARA COLETA DE AMOSTRAS Material: Polietileno. Capacidade:500 ml. Aplicação: Para coletar amostras. Características adicionais: Estéril. Caixa com 500 unidades	CAIXA	60	422290	R\$ 611,78	R\$ 36.706,80
13	SACO ESTÉRIL PARA HOMOGENEIZADOR DE AMOSTRAS Material laboratório. Tipo: saco. Material: plástico. Adicional: cerca de 100 ml. Aplicação: p/ homoeinizador stomacher. Componentes: com filtro lateral. Outros componentes: até 70 µM. Esterilidade: estéril. Caixa com 100 unidades.	CAIXA	60	449668	R\$ 730,33	R\$ 43.819,80
TOTAL LOTE 3						R\$ 80.526,60
POR ITEM						
14	MEIO DE CULTURA PARA ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE ÁGUA Meio de cultura para análise microbiológica da água, composto por substrato cromogênico fluorogênicoONPG-MUG, para detecção via enzimática de coliformes totais em 24 horas pelo desenvolvimento de coloração amarela, e resultados positivos para E. coli confirmado em 24 horas pela observação de fluorescência, sem necessidade de adição de outros reagentes para confirmação. Deve ser embalado individualmente em unidades para amostra de 100 ml de água. O produto deverá apresentar estabilidade ao estoque por no mínimo 12 meses, quando armazenado em temperatura de 04°C até 30°C. Apresentação em caixa com 100 unidades.	CAIXA	40	415901	R\$ 775,67	R\$ 31.026,80
TOTAL ITEM 04						R\$ 31.026,80
VALOR TOTAL LOTES E ITEM 1, 2, 3 e 4					R\$	154.759,06

